

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**ENGENHARIA, ARQUITETURA
E URBANISMO**

ICA 85-1

**INSTRUÇÃO PARA ELABORAÇÃO, REVISÃO E
APROVAÇÃO DE PLANOS DIRETORES DE
ORGANIZAÇÕES MILITARES**

2023

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA**



**ENGENHARIA, ARQUITETURA
E URBANISMO**

ICA 85-1

**INSTRUÇÃO PARA ELABORAÇÃO, REVISÃO E
APROVAÇÃO DE PLANOS DIRETORES DE
ORGANIZAÇÕES MILITARES**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA

PORTARIA DIRINFRA Nº 112/AAPE, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023.

Aprova a reedição da ICA 85-1
“Elaboração, Revisão e Aprovação de
Planos Diretores de Organizações
Militares”.

O DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, previstas no inciso I do Art. 4º e I do Art. 9º do Regulamento da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 572/GC3, de 19 de setembro de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 85-1 “Elaboração, Revisão e Aprovação de Planos Diretores de Organizações Militares”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por se tratar de urgência justificada no expediente administrativo, conforme parágrafo único do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Maj Brig Ar CESAR FARIA GUIMARÃES
Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 209, de 17 de novembro de 2023)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>ÂMBITO</u>	9
1.3 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	9
1.4 <u>COMPETÊNCIA</u>	11
2 DAS OBRIGAÇÕES.....	12
3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PDIR.....	13
3.1 <u>ÁREA PERIMETRAL</u>	13
3.2 <u>PLANO DE DESENVOLVIMENTO</u>	13
4 ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES	15
4.1 <u>DESIGNAÇÃO DE GRUPO EXECUTIVO</u>	15
4.2 <u>ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR</u>	15
4.3 <u>DEFINIÇÃO DA ÁREA PERIMETRAL</u>	15
4.4 <u>COLETA DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS</u>	15
4.5 <u>ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR E PLANTAS</u>	16
4.6 <u>REVISÃO DO PDIR</u>	16
5 APROVAÇÃO.....	17
5.1 <u>TRÂMITES</u>	17
5.2 <u>FLUXOGRAMA DE APROVAÇÃO</u>	18
6 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	19
7 DISPOSIÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	21
ANEXO A- RELAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES E UNIDADES MILITARES RESPONSÁVEIS POR PLANOS DIRETORES, ACOMPANHADA DA RELAÇÃO DE OM E UNIDADES CONTEMPLADAS	22
ANEXO B- ELEMENTOS DE UM PLANO DIRETOR.....	23

PREFÁCIO

A presente Instrução visa à substituição da ICA 85-1/2016, atualiza a metodologia e aprimora os procedimentos necessários à elaboração, revisão, revalidação e aprovação dos Planos Diretores de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como define competências e responsabilidades, objetivando maior agilidade na tramitação desses Planos.

O Plano Diretor é uma ferramenta de planejamento especialmente importante por ocasião da implantação de novas Organizações Militares (OM), bem como para a previsão de modernizações e expansões das existentes, para o cumprimento eficiente e racional de sua missão, em atendimento às necessidades do COMAER.

Com a publicação da presente Instrução, o Plano Diretor passa a ser um documento de planejamento aprovado pela Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA), órgão central dos Sistemas de Engenharia, Patrimônio, Contraincêndio e Gestão Ambiental.

Em síntese, o Plano Diretor é um instrumento que disciplina o desenvolvimento ordenado de uma Organização Militar e demais Organizações e Unidades Militares contempladas em sua área perimetral, considerando-se as atividades desenvolvidas e a localização de suas instalações, abrangendo um horizonte temporal de 10 (dez) anos.

O Plano Diretor é um documento que auxilia a previsão de investimentos de Órgãos de Direção Setoriais (ODS), balizando a elaboração de planejamentos plurianuais e de propostas orçamentárias de cada exercício.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer preceitos para a elaboração, revisão, revalidação, aprovação e tramitação de Planos Diretores de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.

1.2. ÂMBITO

Esta Instrução, de observância obrigatória, aplica-se a todas as Organizações e Unidades Militares do Comando da Aeronáutica.

1.3. CONCEITUAÇÃO

1.3.1. ÁREA DE RESERVA PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

É o local destinado para plantio de árvores que compensarão aquelas que vierem a ser suprimidas, devido a alguma obra, atividade ou empreendimento que demande supressão arbórea. É imprescindível frisar que, após a execução de compensação ambiental, nenhuma intervenção poderá ser realizada nessa área.

1.3.2. ÁREA PATRIMONIAL

É a área limitada pelo polígono definidor do tombo ou matrícula, podendo ser também composta por vários tombos, desde que sejam contíguos. Uma mesma Organização pode ter mais de uma área patrimonial.

1.3.3. ÁREA PERIMETRAL

Para efeito desta Instrução, representa uma área idealizada para identificação dos limites onde as diretrizes do Plano Diretor terão efeito. Deve ser representada geometricamente por uma poligonal identificando as Organizações e Unidades Militares contempladas no Plano Diretor, bem como as suas instalações. As linhas delimitadoras da área perimetral podem coincidir ou não com limites físicos e têm, portanto, natureza virtual.

1.3.4. ÁREA TERCIÁRIA

É a área patrimonial do Comando da Aeronáutica que abrange terrenos sem destinação específica, nem planejamento no decênio do respectivo Plano Diretor, apresentando potencial para futura alienação. Essas áreas não necessitam fazer parte do Plano Diretor.

1.3.5. PLANO DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA (PLANINFRA)

É a ferramenta de controle e acompanhamento do desenvolvimento de projetos e supervisão de obras definidos para um horizonte de 02 (dois) anos. O PLANINFRA substituiu o antigo Plano Plurianual de Obras (PPO).

1.3.6. PLANO DIRETOR (PDIR)

É o documento que contém a delimitação da área perimetral, localização das Organizações e Unidades Militares contempladas e diretrizes de desenvolvimento. Um Plano Diretor é um documento de domínio público, portanto possui caráter ostensivo e deve estar ao alcance de todo o público das organizações contempladas.

1.3.7. PLANTA DE DESENVOLVIMENTO

Figura elaborada no Google Earth e distribuída em formato kml (*Keyhole Markup Language*), contendo representações gráficas para o desenvolvimento de cada Organização e Unidade Militar contemplada no PDIR e suas respectivas instalações.

1.3.8. PLANTA DE SITUAÇÃO

Figura elaborada no Google Earth e distribuída em formato kml (*Keyhole Markup Language*), que permite identificar a Área Perimetral e Organizações e Unidades Militares, assim como suas respectivas instalações contempladas no PDIR.

1.3.9. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

A responsabilidade administrativa está relacionada às condições necessárias à guarda, a conservação e a manutenção dos bens da União, além de prover o apoio necessário ao responsável patrimonial para os atos inerentes à legalização, regularização, cadastro, atualização das informações das benfeitorias no SISOP e demais providências. A responsabilidade administrativa é intrínseca ao Agente Diretor da OM.

1.3.10. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

A responsabilidade patrimonial compreende a prática dos atos inerentes à legalização, regularização, cadastro, controle contábil, gerenciamento das informações referentes aos tombos sob sua Jurisdição e todas as demais providências necessárias à perfeita administração do bem imóvel da União. O encargo está diretamente relacionado aos Elos Regionais do Órgão Central do Sistema de Patrimônio Imobiliário (SISPAT).

1.3.11. REVISÃO DO PLANO DIRETOR

É o ato de atualização do Plano Diretor decorrente da alteração de uma das seguintes condições: alterações no planejamento ou diretriz da OM responsável pelo mesmo, realização de obras de construção de nova benfeitoria, bem como de ampliação ou demolição de benfeitoria existente e, por fim, mudança em algum tipo de zoneamento que afete o PDIR em vigor.

1.3.12. REVALIDAÇÃO DO PLANO DIRETOR

É o ato que prorroga a validade de um Plano Diretor, sempre que não existir no planejamento da OM responsável pelo mesmo a previsão de demolição, construção ou ampliação de suas instalações, alteração de algum zoneamento ou utilização diversa da prevista originalmente para o próximo decênio.

1.3.13. SISTEMA DE OBRAS E PATRIMÔNIO (SISOP)

É o Sistema utilizado pela DIRINFRA para controle de obras, tombos e benfeitorias no COMAER. Nesse sistema são registradas e controladas as obras do COMAER, sendo possível consultar o andamento de uma obra, com informações detalhadas relativas ao contrato (início e término da obra, valor, empresa contratada para execução, valores medidos, cronogramas, diário de obras etc.), status da obra, bem como registro fotográfico da mesma. Além de também possibilitar o acesso às informações patrimoniais dos terrenos e benfeitorias, tais como responsabilidades administrativas e patrimoniais, plantas, áreas, documentos dominiais, fotos de benfeitorias, geolocalização do imóvel, avaliação, entre outros.

1.4. COMPETÊNCIA

1.4.1. Ao Agente Diretor da Organização ou Unidade Militar responsável pelo Plano Diretor compete definir a área perimetral e determinar a elaboração do PDIR, reunindo todas as outras Organizações e Unidades Militares contempladas em tal área, bem como propor sua revisão ou revalidação, a fim de mantê-lo atualizado.

1.4.2. É de competência dos Órgãos de Direção Setorial aprovar as diretrizes propostas nas minutas do PDIR dos órgãos elaboradores (autoridades proponentes).

1.4.3. Cabe à Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica a análise final do PDIR e publicar a Portaria de aprovação em BCA.

1.4.4. A aprovação das publicações, assim como as respectivas alterações, deve seguir o disposto no Capítulo 5 desta instrução.

2. DAS OBRIGAÇÕES

2.1.1. Todas as OM do Comando da Aeronáutica devem ser contempladas em algum PDIR, com exceção daquelas que:

- a) tenham suas instalações confinadas em prédios sem possibilidade de expansão ou em prédios tombados pelo Patrimônio Histórico; e
- b) estejam situadas em solo estrangeiro.

2.1.2. O Anexo A desta Instrução contém a relação de OM e Unidades que devem ser contempladas em cada PDIR, com indicação do respectivo responsável e as OM e Unidades que dispensam a necessidade de apresentação de um PDIR.

2.1.3. As OM ou Unidades que, porventura, não tenham sido identificadas no Anexo A podem solicitar diretamente à DIRINFRA a sua inclusão.

2.1.4. Todas as Organizações Militares e Unidades contempladas no PDIR deverão, sob a supervisão dos seus dirigentes, revisarem as suas diretrizes específicas de desenvolvimento, à luz do cumprimento precípua de suas missões e demais diretrizes e orientações do Comando da Aeronáutica.

2.1.5. Se não ocorrer qualquer alteração e o PDIR em vigor estiver atendendo às necessidades planejadas, o Agente Diretor da OM responsável pelo mesmo poderá solicitar à DIRINFRA a revalidação de seu PDIR, sem necessidade de cumprir as etapas decorrentes da elaboração e atualização de um PDIR.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PDIR

3.1. ÁREA PERIMETRAL

3.1.1. É uma área idealizada pela OM responsável pelo Plano Diretor para identificação dos limites onde as diretrizes do plano terão efeito.

3.1.2. A área perimetral deverá ser identificada em uma planta denominada “Planta de Situação” contendo o desenho de uma poligonal que permita identificar as Organizações e Unidades Militares e as suas respectivas instalações que foram contempladas no PDIR.

3.1.3. O arquivo para apresentação da Planta de Situação deverá ser em formato kml (*Keyhole Markup Language*). O Anexo B contém um exemplo de Planta de Situação. Um *template* (um modelo a ser seguido, com uma estrutura predefinida que facilita o desenvolvimento e criação do conteúdo a partir de algo construído a priori) no formato kml da Planta de Situação, acompanhado de *template* com instruções para elaboração, está disponível no sítio Intraer da DIRINFRA, bem como um tutorial contendo instruções para elaboração.

3.1.4. A área perimetral é uma idealização apenas para simplificar a elaboração de um Plano Diretor, especialmente em locais onde há compartilhamento de instalações por mais de uma organização, evitando a necessidade de emissão individual de um PDIR para cada Organização Militar.

3.1.5. A área perimetral não deve ser confundida com a área patrimonial, nem com as áreas onde as OM possuem algum tipo de responsabilidade administrativa. Contudo, a área perimetral não poderá contemplar limites que não pertençam ou que não sejam de responsabilidade administrativa do Comando da Aeronáutica.

3.2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO

3.2.1. As diretrizes de desenvolvimento de cada Organização e Unidade Militar contemplada no PDIR devem seguir as orientações dos Órgãos de Direção Setorial (ODS), Órgãos Centrais responsáveis pelos Sistemas da FAB e demais orientações do Comando da Aeronáutica.

3.2.2. Diretrizes que impliquem em modificação do espaço físico utilizado, tais como ampliações, desativações ou outras que possam ter impacto sobre instalações vizinhas, além de mencionadas no texto do PDIR, devem também ser indicadas em uma planta denominada “Plano de Desenvolvimento”, contendo desenhos esquemáticos das áreas que serão reservadas e legendas indicando o fim a que se destinam, de modo a permitir um planejamento ordenado das instalações que compartilham uma mesma área perimetral.

3.2.3. Destaca-se que, na planta do Plano de Desenvolvimento, ampliações e construções novas e alterações devem estar circunscritos em polígonos com preenchimento distinto das demolições.

3.2.4. O arquivo para apresentação da Planta de Desenvolvimento deverá ser em formato kml. O Anexo B contém um exemplo de Planta de Desenvolvimento. Um *template* no formato kml da Planta de Desenvolvimento, acompanhado de *template* com instruções para elaboração, está disponível no sítio Intraer da DIRINFRA, bem como um tutorial contendo instruções para elaboração.

3.2.5. O Plano de Desenvolvimento não poderá conter propostas conflitantes com diretrizes ou restrições provenientes de outros planos estabelecidos para utilização da área perimetral,

tais como Planos Diretores Aeroportuários, Planos de Zoneamento Civil-Militar, Leis de Zoneamento Municipal, Leis Ambientais, de Acessibilidade etc., cabendo ao Grupo Executivo responsável pela elaboração do PDIR esta verificação e compatibilização, a fim de identificar previamente as interferências e registrar uma proposta de adequação, observando que as áreas de cada setor poderão se confinar, porém nunca se sobrepor.

3.2.6. Instalações isoladas, como Unidades de Telecomunicações (UT), Estações de Apoio ao Controle do Espaço Aéreo (EACEA) ou outras instalações que possuam auxílios à navegação aérea não precisam ser incluídas em Plano Diretor, a menos que estejam relacionadas no Anexo A desta Instrução.

3.2.7. O PDIR não deverá conter relação de obras que serão realizadas nos próximos 10 (dez) anos, mas tão somente desenhos esquemáticos (linhas e polígonos para expansões, novas construções e demolições) e diretrizes de desenvolvimentos, de modo que seja possível identificar a sua correspondência com futuras propostas de inclusão de demandas dessa natureza no PLANINFRA.

3.2.8. Obras e serviços de engenharia que visam à conservação e/ou manutenção das instalações existentes não devem ser registrados no PDIR, pois são objetos do Plano de Manutenção Predial estabelecido pela ICA 85-18.

3.2.9. Adequações de benfeitorias, mesmo que impliquem em alterações do leiaute interno, não deverão constar no PDIR.

4. ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES

4.1. DESIGNAÇÃO DE GRUPO EXECUTIVO

4.1.1. Uma vez identificada a necessidade de elaboração ou revisão de um Plano Diretor pelo Agente Diretor da OM ou Unidade responsável pelo mesmo, será designado um Grupo Executivo para a sua elaboração, contendo pelo menos um representante de cada Organização ou Unidade Militar contemplada na Área Perimetral, com identificação de um Coordenador Responsável pelo grupo.

4.1.2. Desse grupo deverá fazer parte, pelo menos, um engenheiro ou arquiteto pertencente a uma das Organizações ou Unidades Militares contempladas.

4.1.3. Em caso de indisponibilidade de engenheiro ou arquiteto nas Organizações ou Unidades Militares contempladas, poderá ser solicitada à DIRINFRA a indicação de um representante técnico do SERINFRA da respectiva área de jurisdição, não podendo este ser o Coordenador Responsável pelo Grupo Executivo.

4.2. ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

A elaboração dos Planos Diretores consiste em três etapas:

- a) 1ª Etapa - Definição da Área Perimetral;
- b) 2ª Etapa - Coleta das Informações Básicas;
- c) 3ª Etapa - Elaboração do texto do PDIR e de suas Plantas.

4.3. DEFINIÇÃO DA ÁREA PERIMETRAL

4.3.1. Conforme mencionado anteriormente, trata-se de uma área idealizada com identificação dos limites onde as diretrizes do Plano Diretor terão efeito.

4.3.2. O Anexo A desta ICA, disponível no sítio Intraer da DIRINFRA, contém uma relação com a indicação das Organizações responsáveis pelo PDIR e das Organizações e Unidades Militares que devem ser contempladas.

4.3.3. O traçado da área perimetral deve ser concebido de tal forma a abranger todas as Organizações e Unidades Militares sugeridas no Anexo A, podendo ser proposta mais de uma área perimetral para o caso de frações espacialmente distintas ou Unidades situadas em diferentes localidades, impossibilitando o seu agrupamento em uma única área perimetral. A área perimetral proposta não poderá exceder a área patrimonial dos tombos contemplados.

4.4. COLETA DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS

4.4.1. A coleta das informações visa à identificação das benfeitorias que serão ampliadas, construídas ou demolidas, acompanhadas de suas respectivas áreas em metros quadrados (m²).

4.4.2. A identificação das benfeitorias existentes deve constar na Planta de Situação e no SISOP, porém, em caso de divergências, o SERINFRA da área deverá ser consultado, podendo o setor de patrimônio da Organização correspondente propor anulações, ajustes ou inclusão de novos registros.

4.4.3. Cabe destacar que, dependendo do impacto das informações levantadas, pode haver necessidade de ajustar os limites da área perimetral originalmente concebida em um PDIR.

4.4.4. As informações necessárias para elaboração do Plano tais como contorno da área perimetral, identificação de zoneamentos existentes, reservas de áreas para novas construções ou ampliação de instalações, demolições, reservas de áreas verdes destinadas ao reflorestamento e/ou compensação ambiental etc., constam no Anexo B desta Instrução.

4.5. ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR E PLANTAS

4.5.1. O texto do Plano Diretor deverá ser apresentado em formato pdf, com identificação dos membros do Grupo Executivo.

4.5.2. Um template contendo um exemplo de texto do Plano Diretor está disponível no sítio Intraer da DIRINFRA.

4.5.3. Os elementos das Plantas devem ser identificados através de linhas, polígonos e textos, não se admitindo a utilização de figuras sem definição de seu contorno ou textos ilegíveis.

4.6. REVISÃO DO PDIR

A revisão de um PDIR consistirá basicamente na confirmação das informações e premissas adotadas no Plano original, registrando-se apenas as alterações necessárias.

5. APROVAÇÃO

5.1. TRÂMITES

5.1.1. Uma vez concluída a proposta de Plano Diretor, a Organização responsável pelo mesmo deverá encaminhar uma cópia a cada um dos Órgãos de Direção Setorial (ODS) cujas Organizações e Unidades Militares subordinadas estejam eventualmente inseridas na área perimetral considerada.

5.1.2. Os ODS deverão ratificar a proposta ou determinar ajustes à OM responsável pelo PDIR.

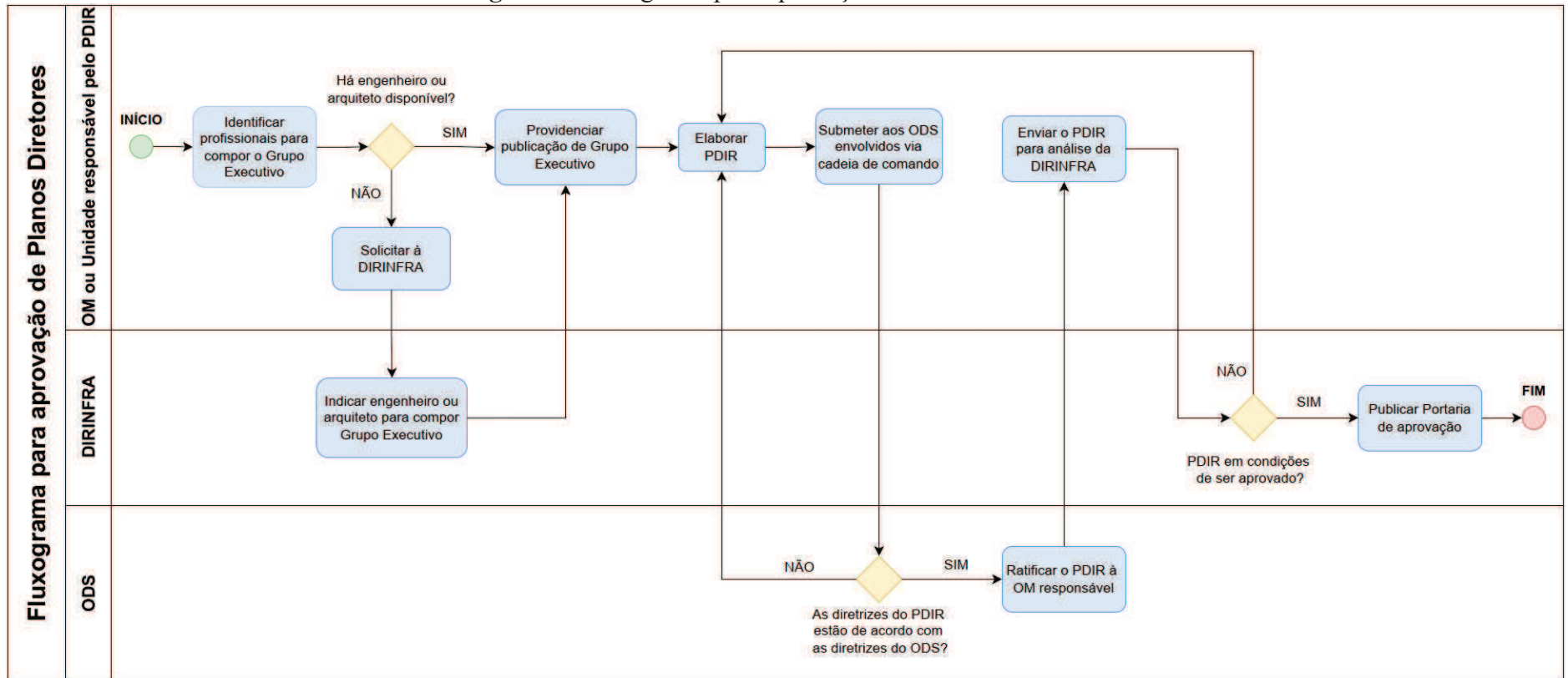
5.1.3. O Coordenador Responsável pelo Grupo Executivo deverá realizar os ajustes finais e entregar a versão final do PDIR à OM responsável pelo PDIR.

5.1.4. A OM responsável pelo PDIR deverá encaminhar, via cadeia de comando, a versão final do PDIR à DIRINFRA para que seja realizada a análise técnica final de aspectos relacionados aos Sistemas de sua competência.

5.1.5. Após o recebimento da versão final do PDIR, a DIRINFRA providenciará a publicação de Portaria de sua aprovação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) e armazenará os documentos eletronicamente em módulo específico do SISOP para controle das versões e de modo a permitir consultas pelo público interessado.

5.2. FLUXOGRAMA DE APROVAÇÃO

Figura 1: Fluxograma para aprovação de Planos Diretores.



6. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Os Planos Diretores aprovados terão prazos de validade de 10 (dez) anos, a partir da data da Portaria de Aprovação. Igual prazo será considerado para os Planos Diretores que forem revisados ou revalidados.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os casos não previstos deverão ser submetidos à apreciação do Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica.

7.2. O Plano Diretor aprovado deve ser cumprido por todas as Organizações e Unidades Militares contempladas e a sua fiscalização compete à OM responsável por sua elaboração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria GABAER nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021. Aprova a edição do Regulamento de Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica (RADA-e). RCA 12-1. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 17, 26 de jan. 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 51/CEMAER, de 30 de novembro de 2018. Aprova a edição do Plano de Infraestrutura da Aeronáutica: PCA 11-201. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 213, 06 de dez. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRINFRA nº 47/ANCN, de 7 de março de 2022. Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre “Manutenção Predial”. ICA 85-18. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 046, 9 de mar. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRINFRA nº 48/ANCN, de 7 de março de 2022. Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre “Controle, Administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário sob Administração do Comando da Aeronáutica”. ICA 87-7. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 075, 25 de abr. 2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA (Brasília). Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016. Aprova o Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01 (5ª Edição/2015). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 14, p. 8, 21 jan. 2016.

BRASIL. **LEI Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em 10 abr. 2023.

**ANEXO A - RELAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES E UNIDADES MILITARES
RESPONSÁVEIS POR PLANOS DIRETORES, ACOMPANHADA DA RELAÇÃO DE
OM E UNIDADES CONTEMPLADAS**

A relação está disponível em: www.dirinfra.intraer.

ANEXO B – ELEMENTOS DE UM PLANO DIRETOR**I - COMPOSIÇÃO**

O Plano Diretor deverá conter no mínimo:

- a) Texto em pdf com as diretrizes de desenvolvimento; e
- b) Arquivo kml com Planta de Situação e Planta de Desenvolvimento.

II - DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO

Cada Organização ou Unidade Militar contemplada no Plano Diretor deverá registrar diretrizes de desenvolvimento, em consonância com as orientações de órgãos superiores.

Diretrizes que impliquem em alteração das instalações físicas ou que tragam impactos operacionais devem ser registradas, tais como: novas construções, ampliações de instalações existentes, supressões, desativações e demolições.

Elementos obrigatórios a serem registrados no texto do Plano Diretor visando a um período de 10 (dez) anos:

- a) identificação de áreas destinadas a novas construções ou ampliação de instalações existentes;
- b) identificação de instalações passíveis de demolição;
- c) identificação de áreas destinadas ao reflorestamento; e
- d) informações descritas no tutorial de elaboração do arquivo kml.

Deverá ser apresentado no texto do PDIR um quadro de benfeitorias, conforme exemplo abaixo, contendo todos os tombos, devendo-se identificar por meio de poligonais e hachuras os mais relevantes na Planta de Situação.

Quadro 1: Exemplo de quadro de algumas benfeitorias

Número do tomo SP.002-000 RIP 7107007675005	Identificação da benfeitoria	Área Construída (m²)
SP.002-67266-E-012	Sede Prefeitura	422,9
SP.002-67266-E-014	Salão Nobre ou Acantus	70,0
SP.002-67266-E-015	Prédio da DPAT	195,0
SP.002-67266-E-017	Depósito Almoxarifado	140,0
SP.002-67266-E-018	Vestiário CB/SD Aloj. Guarda	186,0
SP.002-67266-E-021	Canil	114,1
SP.002-67266-E-025	Guarita de Entrada PASP	12,73
SP.002-67266-E-026	Centro de Convivência	71,0
SP.002-67266-E-027	Oficinas e Administração Almoxarifado	122,4
SP.002-67266-E-029	Caixa d'água/lavanderia	26,37
SP.002-67266-E-030	Vestiário de oficiais	72,0

Faz-se mister destacar que não devem constar nos registros do PDIR objetos que não deveriam configurar como benfeitorias, tais como bancos de praça, lixeiras, postes

etc., devendo-se utilizar a classificação preconizada na ICA 87-7 e, caso seja identificada alguma inconsistência, o Grupo Executivo deverá propor ao setor de patrimônio da Organização a correção ou exclusão de seu registro no SISOP.

Para efeito de planejamento, devem ser inseridas no texto do PDIR informações sobre áreas reservadas para novas construções, ampliações ou indicação de demolições de instalações, delimitação de possíveis áreas destinadas ao reflorestamento e/ou compensação ambiental, conforme o quadro 2.

Quadro 2: Síntese das diretrizes de desenvolvimento

Número do tombo ou indicação da área	Diretriz	Área (m²)
SP.001-001	Demolir edificação	200
Área 1	Área destinada à construção de novos PNR	10.000
Área 2	Área destinada ao plantio de mudas	1.200

Com relação às áreas destinadas ao reflorestamento, o PDIR deverá orientar os projetos de compensação ambiental, em face de obras e serviços de engenharia, bem como outras atividades que impactem o meio ambiente, dispondo em seu zoneamento a delimitação dessas áreas.

Elementos desejáveis a serem registrados no texto do Plano Diretor e/ou nas Plantas de Situação e de Desenvolvimento, visando a um período de 10 (dez) anos:

- possibilidade de aumento de pessoal, materiais e equipamentos;
- dimensões das áreas dos terrenos que devam ser reservadas para a ampliação de instalações e propostas de zoneamento;
- descrição de impactos de infraestrutura e operacionais que as diretrizes poderão resultar sobre as atividades da OM ou Unidades vizinhas;
- destinação para instalações passíveis de desativação, devendo-se indicar qual será a Unidade responsável pelas mesmas ou pela área, para assegurar a continuidade da guarda do patrimônio e a sua manutenção; e
- informações sobre marcos, levantamentos topográficos, laudos de demolição, sondagens, caracterização geotécnica dos terrenos envolvidos, destinação de resíduos sólidos e áreas tombadas, caso existentes.

Com relação aos impactos de infraestrutura e operacionais, como exemplo, pode-se mencionar que a construção ou ampliação de uma edificação pode implicar em necessidade futura de redimensionamento de redes de água e esgoto, elétricas, circulação e acessibilidade, alargamento de ruas, instalações de combate a incêndio, criação de novos postos de segurança (cercamento, identificação e vigilância) etc.

Caso disponíveis, informações relativas ao item e) devem ser inseridas no quadro 2, na forma de textos ou linhas adicionais, conforme exemplo constante no quadro 3, abaixo.

Quadro 3: Síntese das diretrizes de desenvolvimento

Número do tombo ou indicação da área	Diretriz	Área (m²)
SP.001-001	Demolir edificação. Referência: Processo nº 67202.000XXX/20XX-XX	200
Área 1	Área destinada à construção de novos PNR	10.000
Área 2	Área destinada ao plantio de	1.200

	mudas	
Sondagens disponíveis para a Área 1	Referência: Relatório Técnico nº XX/SERINFRA-SJ/20XX	-

III – PLANTA DE SITUAÇÃO

Deverá ser elaborada uma Planta de Situação para a Área Perimetral proposta no Plano Diretor.

A Planta de Situação deverá conter os seguintes elementos:

- contorno definindo a área perimetral, de modo que fique claro quais são as Organizações, Unidades e Instalações Militares contempladas no PDIR; e
- identificação de áreas restritas, reservadas e zoneamentos existentes.

Exemplos: Zoneamento Civil-Militar, áreas de preservação, áreas que já foram previamente reservadas ao empréstimo de material (jazidas de solo, material rochoso etc.) ou áreas reservadas para o plantio de mudas como forma de compensação ambiental.

A figura 2 apresenta uma ilustração meramente hipotética de como poderão ser apresentadas essas informações.

Figura 2: Exemplo meramente esquemático de Planta de Situação.



IV - PLANTA DE DESENVOLVIMENTO

A Planta de Desenvolvimento deverá ser elaborada a partir do mesmo arquivo da Planta de Situação, ou seja, contendo a mesma área perimetral e instalações existentes, devendo-se acrescentar representações esquemáticas das diretrizes do Plano Diretor, em especial aquelas que envolvem construção, ampliação ou demolição de instalações e

propostas de reserva de áreas para os próximos 10 (dez) anos, a fim de permitir a visualização gráfica de possíveis interferências e a sua adequada compatibilização.

Portanto, a Planta de Desenvolvimento deverá conter:

- a) identificação de áreas reservadas para novas construções ou ampliações de instalações;
- b) identificação de demolições; e
- c) delimitação de possíveis áreas destinadas ao reflorestamento e/ou compensação ambiental.

Caso disponíveis, as informações sobre sondagens e caracterização geotécnica dos terrenos envolvidos devem ser indicadas na Planta de Desenvolvimento.

Se houver áreas sem aplicação atual ou no futuro de 10 (dez) anos, áreas para exploração econômica e áreas de preservação ambiental, todas estas também devem ser incluídas.

A figura 3 contém um exemplo meramente hipotético de como poderão ser apresentadas essas informações.

Figura 3: Exemplo meramente esquemático da Planta de Desenvolvimento.

